

V. 19 N. 1
JAN-JUN 2020

ISSN
Versão Impressa 2447-9047
Versão Online 2447-9047

Diálogos
possíveis

1. DOUTORADO EM SOCIOLOGIA.
INST. SUP. DE CIÊNCIAS DO
TRABALHO E DA EMPRESA,
ISCTE, PORTUGAL.

<http://lattes.cnpq.br/5595317611252444>

<https://orcid.org/0000-0002-5482-6196>

Como citar este artigo:

DORES, A. P. A. Existe isso a que chamam sociedade? - Globalização e a actualização das ciências sociais. **Revista Diálogos Possíveis**, v. 19, n. 1, pp. 6-30, Jan/Jun de 2020.

Recebido: 15.04.2020

Aprovado: 28.05.2020

Existe isso a que chamam sociedade? - Globalização e a actualização das ciências sociais¹.

DOES SO-CALLED SOCIETY EXIST? -
GLOBALIZATION AND THE UPDATING OF SOCIAL
SCIENCES

António Pedro Dores¹

RESUMO

Depois de mais de duzentos anos de modernização, haverá sociedades capazes de se auto-organizarem para responder a desastres sociais-naturais, como as fomes, as guerras, os fogos, as secas e outros efeitos climáticos extremos? Ou a inteligência humana é apenas adaptativa? Como a sociologia entende e explica a sociedade moderna?

Palavras-chave: Sociedade. Estado. Mercado. Ciências sociais.

ABSTRACT

After more than two hundred years of modernization, will there be societies capable of self-organizing to respond to social-natural disasters, such as famines, wars, fires, droughts and other extreme climatic effects? Or is human intelligence just adaptive? How does sociology understand and explain modern society?

Keywords: Society. State. Market. Social Sciences.

¹. Por opção do autor, este texto foi escrito de acordo com a antiga ortografia portuguesa.

INTRODUÇÃO

A hiperdivisão de trabalho nas ciências sociais resulta da luta inter e intradepartamental universitária que procura justificar a divisão com a existência de objectos de estudo particulares, transformando as dimensões analíticas, a económica, a política, a cultural, a de prestígio social, a de construção identitária, em objectos empíricos estanques que, de facto, não existem. Os mercados, os estados-nação, a linguagem, as hierarquias, a mente, não são objectos autónomos entre si. Na verdade, são apenas modelos de análise, ideais tipo, a destruir pela análise.

As ciências sociais perderam a vontade de se tornarem ciências. Os tipos ideais, os modelos de análise, são muitas vezes tratados como híper-realidade, indestrutíveis por qualquer evidência, mais reais que a realidade, acusada de ser instável, imperfeita, insubmissa, inatingível, ao contrário da natureza, submetida às ciências naturais e às tecnologias. Em todo o caso, o que é certo é que as ciências sociais não comunicam com as ciências naturais. Pouco têm a dizer a respeito das alterações climáticas causadas pela acção humana.

A sociedade humana, como um todo, é conceptualmente isolada do meio ambiente e do cosmos de que somos parte integrante. É esquartejada e apropriada, dissecada, por interesses especializados em trabalhar à revelia uns dos outros. Os economistas não percebem de antropologia, estes não compreendem a psicologia, os sociólogos preferem não discutir/destruir o que seja a sociedade. Todos juntos, com as suas subdisciplinas igualmente justapostas sem se misturarem, formam as ciências sociais. O conhecimento hiperespecializado reduz o conhecimento, disciplinando e alheando-o da realidade.

Antes de ocorrer a diferenciação dos estados e dos mercados entre si, as sociedades humanas existiram durante milhares de anos. Conceptualmente, porém, as teorias sociais dominantes estudam apenas as relações de poder criadas por essa diferenciação, a modernização, e alheiam-se dos estudos dos cuidados, das identidades, das violências, que desde sempre constituíram o centro das relações sociais. Suscitam a imaginação de ser o estado e a economia que produziram a sociedade, sem os quais esta não sobrevive, invertendo o sentido das mais óbvias evidências históricas: o estado e a economia são sustentados pelas sociedades: as sociedades representadas

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

politicamente e as sociedades sem representação política, dentro e fora de fronteiras, exploradas como parte da natureza, como recursos humanos.

A sociedade é frequentemente apresentada como um conjunto de problemas sociais, incluindo obstáculos ao desenvolvimento; por exemplo, o lixo humano, o que resta dos humanos depois de utilizados pela modernização. Cabe ao estado e aos filantropos reconhecer e amenizar os problemas sociais através de políticas públicas e trabalho social, de preferência voluntário, libertando a economia e as elites desses fardos.

Para as teorias críticas, a sociedade é potencialmente revolucionária. Outros académicos preferem não falar disso, parece-lhes negativo, de mau agouro. Os primeiros sublinham a instabilidade da história e dos estados de espírito. Os segundos sublinham a regularidade dos comportamentos em condições de normalidade. Uns e outros imaginam a sociedade como um produto singular da modernização, distinto das comunidades humanas tradicionais: essas sim, identitárias, dependentes dos cuidados mútuos e violentas.

Esta ideia de sociedade, distinta das comunidades tradicionais, dividida entre macro e micro sociedade, entre história e ordem, apenas subsiste na condição de as suas diferentes definições se ignorarem mutuamente. As sociedades do espírito

revolucionário, que transformam os estados, por exemplo, são imaginadas serem coisas diferentes das sociedades de solidariedade corporativa ou das sociedades económicas inspiradas no espírito do capitalismo. O conceito de sociedade é mais um espaço de lutas ideológicas do que trabalho científico de análise.

As ciências sociais, de momento, não são ciências. Tratam de um objecto de estudo que não é um objecto natural: é artificial, imaginário, relativo, evanescente, mental, não material, precisamente porque é tratado como ideologia, como tipos-ideais. As ciências sociais não dispõem de um objecto de estudo que possam destruir. Ao invés, cada disciplina e cada orientação teórica protege a sua concepção particular da prova das evidências, inibindo qualquer discussão sobre o que pode ser e é a sociedade. Tal circunstância, porém, não impede que se trabalhe para continuar a aproximar as ciências do social às ciências da natureza.

MOTIVAÇÕES

Logo a seguir à II Grande Guerra, Parsons (1948) apresentou uma estratégia para os sociólogos organizarem uma ciência madura, a partir dos ensinamentos de Durkheim e Weber. Joffrey Alexander (1996), em 1987, declara a impossibilidade prática de ultrapassar as divergências entre os sociólogos e de tornar as ciências

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

sociais uma ciência como as outras. Nicos Mouzelis (1995) procura identificar as causas de tal estado de coisas: aponta estratégias de reversão da situação. Bernard Lahire (2012) apela à unidade das ciências sociais.

A rainha das ciências sociais, a economia, é motivo de escândalo. O seu ensino nas universidades aderiu globalmente ao discurso único neoliberal: as teorias neoclássicas são a economia (Amaral, Branco, Mendonça, Pimenta, & Reis, 2008).

Michael Kuhn (2016) denuncia a generalização do uso de discursos tautológicos pelos melhores autores das ciências sociais, tolhidos pelo isolamento e funcionalidades de cada disciplina em que laboram. Consequência lógica, raramente considerada, da estatização e da profissionalização das ciências sociais (COSER, 1956: 27). Não basta dizer que as ciências sociais não têm responsabilidade no alarme ambiental, económico e político em que se vive. É preciso reconhecer que só podem alegar incompetência nesses campos porque a produziram para si mesmas, subordinadas aos poderes do dia, aos interesses dos financiadores.

As ciências sociais têm sido complacentes com a acção cada vez mais totalitária dos estados (HABERMAS, 1987). Todas as funções necessárias à existência das pessoas, como os cuidados infanto-juvenis e familiares, a produção de identidades,

como as profissionais, a protecção contra as violências da vida, tudo os estados têm oferecido e incumprido, alegadamente por falta de verbas. Os estados e as instituições totalitários correspondem a uma radicalização desse plano de acção próprio da modernidade. Pretendem obrigar ao cumprimento dessas promessas, em troca da radical subordinação das pessoas e do sacrifício dos estigmatizados. Tais planos continuam a encantar quem se dedica a desenhar políticas públicas (HARARI, 2018; ORWELL, 1949). As sociedades e os estados democráticos, sobretudo em nome da segurança, adoptam ideologias totalitárias.

O reconhecimento oficial da emergência climática por parte da União Europeia, da sua incapacidade para evitar desastres climáticos e sociais, levanta a necessidade de identificação dos meios de protecção social das populações, que terão que (re)aprender a auto-organizar-se, em vez de continuar a esperar por serviços do estado. A dupla estado-economia, desenvolvida por sociedades hierarquizadas e desiguais, gerou um processo de mudanças climáticas face ao qual se declarou impotente. Cabe às sociedades encontrar formas de protecção e adaptação ao meio que o estado explicitamente declina. Mesmo que às populações lhes custe ouvir o que é dito oficialmente (que mais desastres irão ocorrer e que o estado voltará a falhar na

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

protecção das populações) e preferam não acreditar que assim é. O estado está vocacionado para favorecer o crescimento indefinido da economia: não sabe nem pode ter outra prioridade.

EXISTE ISSO A QUE CHAMAM SOCIEDADE? – GLOBALIZAÇÃO E A ACTUALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A sr^a Thatcher disse um dia que não havia isso a que chamam sociedade. Passadas algumas décadas, aquando da crise financeira de 2008, a Rainha de Inglaterra perguntou aos economistas porque não anteciparam o que acabara de acontecer. Nenhuma destas questões, a saber, o que é a sociedade e para que servem as ciências sociais, está respondida, nem aos olhos dos profissionais das ciências sociais.

O estado capitalista transformou paulatinamente as pessoas em indivíduos, reduzidas a trabalhadores, mesmo aos olhos das próprias pessoas. Estes assuntos são tão delicados, dividem tão dolorosamente as pessoas dentro de si, que é difícil organizar discussões sobre eles. O sofrimento silencioso dos desempregados é prova disso.

O que seja a sociedade, aquilo que se opõe e impõe aos indivíduos e aquilo que é tecido inconscientemente pelos indivíduos, parece um assunto exotérico e irrelevante; teórico. Porém, a incompatibilidade teórica entre a sociedade e o indivíduo produzida

pelas ciências sociais, a acrescentar à oposição entre sociedade e natureza, é um dos principais instrumentos de chantagem política que impõe às pessoas dividirem-se internamente entre desejos (eventualmente censuráveis) e obrigações (de colaboração, de trabalho, de subordinação, de participação na exploração, ainda que seja de si mesmo/a). Pessoas desqualificadas como natureza, como recursos humanos, dividem-se entre cuidados (desvalorizados sob a designação de sociais) e responsabilidades (exageradas e hierarquizadas).

Esta chantagem tem consequências extraordinárias. Por exemplo, a legislação que proíbe as pessoas de recolherem água das chuvas, para não fazerem concorrência às empresas que fazem do fornecimento de água negócio. Tem também consequências banais, como a redução do trabalho ao trabalho assalariado, sacrifício dos cuidadores e dos trabalhadores em nome da colaboração na divisão de trabalho que, apesar das promessas, tem sido incapaz de acabar com a fome, a miséria e a guerra, e não tem parado de fazer multimilionários alienados.

A acção racional dos indivíduos condicionados por estímulos sacrificiais fez das sociedades humanas máquinas de destruição do meio ambiente. A era da razão revela-se incapaz de produzir os efeitos esperados (o bem-estar) e de regular os efeitos secundários (a destruição do ambiente).

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

Os que preferem ignorar o dramatismo da situação actual (as ilhas do Pacífico ou o Bangladesh a submergir, 4 milhões de pessoas na cidade do Cabo sem água, as guerras do petróleo no Médio Oriente, os fogos continentais na Austrália, o degelo da Gronelândia, etc.), usam as fronteiras políticas dos estados para designar sociedades limitadas nas suas responsabilidades ecológicas e sociais. Tal desresponsabilização é reforçada pela comunicação social e pelas ideologias nacionalistas, hierarquizadas entre si, alheadas umas das outras, comparando os males umas das outras para evitar assumir responsabilidades globais. A globalização, na prática, não passa de uma justaposição de países (KUHN, 2016).

Designa-se geralmente por globalização as décadas de hegemonia cultural do neoliberalismo, em que o fim da União Soviética e a vitória aparente da social-democracia se tornou na falência do sistema financeiro global e no ressurgimento do prestígio das ideologias nazi-fascistas no campo político. A União Europeia, cuja política de destruição de fronteiras foi agraciada com o prémio Nobel da Paz, está em graves contratempos. Foi acusada oficialmente de violar direitos dos refugiados, em 2015, a culminar e continuar a violação de décadas dos direitos dos imigrantes (PALIDDA & GARCIA, 2010).

As referências ao social, nas sociedades actuais, estão desqualificadas. Tratam de

práticas de tipo feminino, emocional, caritativo, inferior, voluntárias, submissas, discretas, sem direito a protagonismos ou relevância política estratégica, seja a respeito de mulheres e crianças ou idosos, seja a respeito de trabalhadores precários, entre os quais os migrantes. Ou melhor, a importância estratégica do social é o trabalho de naturalização dos trabalhos de individualização das pessoas, de seu isolamento para fins funcionais do estado-economia. Em particular, os esforços políticos de inferiorização de cada vez maior parte da sociedade (GUILLUY, 2019).

Aparentemente, portanto, existem três sociedades. Uma em cima, capaz de fazer vingar um discurso único, como quem despeja champanhe numa pirâmide de taças em cascata, embora o mesmo não aconteça com a riqueza. A outra sociedade em baixo, a dos pobres, sob o controlo dos serviços sociais e policiais, vive de trabalhos precários e, muitas vezes, incapazes de prover a sobrevivência dos trabalhadores e menos ainda das suas famílias. No meio, existe uma sociedade atónita, dita classe média, atemorizada com as notícias e os riscos de cair em baixo ou de ser chamada a participar nas guerras de cima (JAKOBS & MELIÁ, 2003).

Numa frase, a globalização reformulou as sociedades de classes ocidentais, na mira de uma igualdade socialista, de pessoas livres e iguais, mas na prática, ao invés,

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

surgiram ordens sociais culturalmente estanques entre si: uma ordem capitalista, em cima, uma ordem meritocrática ao meio e, em baixo, uma ordem de subordinação (REICH, 1991).

As teorias sociais continuam a sua apologia da modernidade, como se o determinismo histórico continuasse a ser referência intelectual, embora evidentemente negado pela implosão da ex-URSS e pela reconversão da China ao capitalismo neoliberal. As teorias sobre as desigualdades sociais continuam a constituir o maior esforço das ciências sociais, apoiado nas estatísticas. Mas, ao sugerirem que a prometida igualdade social está nalgum horizonte político, revelam uma distância incompreensível face à realidade. A meritocracia e a escada de ascensão social, que tantos gostam de atribuir à escola, são ilusões de classe média, sem qualquer aplicação prática no caso das ordens superiores e inferiores (BOURDIEU & PASSERON, 1970; Clark, 2014).

AMBIENTE, POLÍTICA E SOCIEDADE

No dia 15 de Setembro de 2012, 10% da população portuguesa manifestou-se, sem bandeiras partidárias, contra as políticas de austeridade e o governo de direita que as representava em Portugal, sob o lema “Que se lixe a Troika”! Uma pequena parte dirigiu-se à Assembleia da República, em Lisboa. O governo e a comunicação social

manifestaram respeito – não reprimiram. Foi a maior manifestação de sempre, em Portugal. Foi também o culminar de uma série de manifestações que marcaram um tempo de reorganização cívica das pessoas (Portugal era, e é ainda, um país com fraca actividade cívica). Os protestos de rua descontinuaram e foram substituídos por emigração em massa. Surgiu também uma nova animação cívica.

Dia 21 de Outubro de 2017, uma semana depois dos fogos que mataram 45 pessoas e fizeram cerca de 70 feridos no centro e norte do país, quatro meses depois de 64 mortos e mais de duas centenas e meia de feridos, apanhados na estrada pelo fogo de Pedrogão Grande, pela segunda vez na história de Portugal, as principais cidades manifestaram-se simultaneamente e sem palavras de ordem nem dirigentes.

A ordem intermédia voltou a sentir-se à mercê dos elementos e da sorte. Primeiro abandonada pelas finanças públicas ao serviço da banca globalizada e depois abandonada pelos serviços de protecção civil, entretidos com lugar políticos e em obtenção de privilégios.

O estado falhou, reconheceram o Presidente e o governo. O aquecimento global e os fenómenos climáticos extremos apanharam desprevenidos os serviços, dominados pela corrupção. Desta vez, quem morreu queimado não foram alguns pobres, mas pessoas que se imaginavam

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

protegidas pelo estado. E cujos familiares e amigos organizaram associações para, ao mesmo tempo, defenderem os seus direitos indemnizatórios e a memória dos falecidos. (O que estaria fora da competência e vontade de quem vive na ordem inferior).

A verdade é que “as populações devem autoprotoger-se e não ficar à espera” da protecção do Estado, disse o governo (ECO & LUSA, 2017). Acontecimentos como estes irão repetir-se, disse o primeiro ministro.

Face à dimensão, intensidade, novidade, dos problemas a enfrentar, a desorganização das sociedades começa a revelar-se fatal para cada vez mais vítimas. O estado capitalista divide as sociedades para as transformar em recursos humanos. Realisticamente, as populações terão vantagem em organizar a sua própria protecção. Será que acabou a época do individualismo organizado por estímulos de mercado?

As sociedades idealmente integradas pelos mercados nacionais, promovidos pelo estado social, desmultiplicaram-se em novas ordens sociais para fazerem face à competitividade global (GUILLUY, 2019; OBORNE, 2008; REICH, 1991). Durante as últimas décadas, o meio ambiente foi recomposto e fragilizado, do ponto de vista das necessidades humanas.

A humanidade adaptada ao planeta, por milhares de anos, viu-se resgatada da sua dependência da natureza pelo capitalismo. Foi primeiro colonizada por elites estatais-empresariais e depois integrada sob a forma de sociedades nacionais individualistas, dependentes dos estados e das respectivas economias. Imaginando a sociedade dispensável, para satisfazer a ideologia capitalista que teme as reacções sociais às suas inovações, a humanidade fica mais exposta aos riscos sociais e naturais: o sistema capitalista externaliza os custos e trata as sociedades e o planeta como caixotes de lixo. O risco de as sociedades e o planeta se tornarem máquinas de lavar (dinheiro e plásticos) está aí.

TEORIAS SOCIAIS

Quando se diz que a sociedade não existe, isso tem um efeito de ilusionismo: dizer que aquilo que se apresenta não existe é como um drible no futebol, uma simulação de passe no *rugby*, um *bluff* no *poker*, uma ilusão no palco. É um prelúdio daquilo que, com Trump na presidência dos EUA, se passou a chamar pós-verdade. Uma versão renovada do que se chamou cultura pós-moderna (LYOTARD, 1985), a performatividade na política (Alexander, 2011). Caldo de cultura que tem efeitos também nas ciências sociais divididas, desafectadas da procura da verdade.

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

As ciências sociais existem, sem dúvida. Há profissionais; alguns deles ficaram ofendidos com a senhora Thatcher e apresentaram-se pessoalmente para manifestar o ridículo da sua alegação. Mas a verdade é que não é claro a que se refere a palavra sociedade. Refere-se à sociedade dos sociólogos, a sociedade nacional, ou às sociedades dos economistas, as empresas? Ou ao espaço público dos politólogos?

Para Marx, o internacionalista proletário, existem classes antagónicas produzidas pelo capitalismo; para Durkheim existem solidariedades internacionais, nacionais e corporativas, espelhadas na regularidade e previsibilidade de comportamentos humanos; para Max Weber existem redes de relações entre pessoas relativamente diferenciadas por secções políticas, económicas, culturais, sob a tutela da violência legítima do estado exercida pela administração. Para Parsons existem sistemas sociais padronizados; para Habermas espaços comunicacionais; para Luhmann há sistemas comunicacionais, e por aí fora. Para todos, a sociedade (proletariado, consciência colectiva, status, sistema) é outra coisa, para além das pessoas. Há um hiato misterioso entre as partes e o todo.

Não há sociedade sem pessoas, nem há pessoas sem sociedade. O pensamento das teorias sociais é de tal modo primitivo, pré-

científico, que se revela incompatível com as evidências.

A análise cartesiana é o próprio fundamento do pensamento científico actual, e a sua prisão (DAMÁSIO, 1994). Para a análise social, tipicamente, distinguem-se as dimensões política, económica, cultural, de *status*, reproduzidas em disciplinas universitárias e secções de meios de comunicação social. Tais dimensões são apresentadas e estudadas como se fossem estanques. Os problemas de correspondência com a experiência e a realidade são resolvidos, caso a caso, através de especializações, de subdisciplinas. Por exemplo, a psicologia, a biologia, a biologia humana, não comunicam entre si de forma sistemática. Reproduzem implicitamente a falsa noção de estanquicidade entre a natureza e as pessoas e entre estas e a sociedade. Tudo se passa como se fossem os estados que cuidam das pessoas, reduzidas a indivíduos (KUHN, 2016). Como se as famílias e os amigos fossem generosamente tolerados pelos estados e empregadores, desde que não incomodem os indivíduos, os trabalhadores nas suas obrigações político-económicas.

Seguindo o modelo cartesiano, de abcissas e ordenadas, a teoria social esquadrinha os seus objectos de estudo em dimensões e níveis sociais. A sociedade e a sua organização são frequentemente descritas

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

como triângulos de vértice para cima. As pessoas habitariam a base. O estado, as empresas, os empregos, constituiriam uma hierarquia social que só os melhores poderiam trepar. Essa imagem agenda os pensamentos estratégicos de cada um de nós (ARCHER, 2007).

Não se saber, hoje, o que é sociedade não é, em si, nenhum problema impeditivo de fazer ciência, de procurar a verdade sobre o que seja tal objecto. Também não é evidente o que seja um átomo ou a evolução ou a relatividade. O problema das ciências sociais é a estratégia dispersiva de produção de conhecimentos, a ausência do debate sobre o que é o seu objecto de estudo comum: a provocação da sr^a Thatcher ficou sem resposta científica, até hoje.

As dificuldades de conceptualização da sociedade estendem-se, naturalmente, a todos os objectos de estudo social, como a globalização. Será a globalização aquilo que surgiu quando se começou a usar a palavra, depois do fim da União Soviética e da Guerra Fria? Ou a palavra refere-se à expansão do comércio internacional, como a do princípio do século XX? Ou foram os Descobrimentos portugueses que começaram tudo, no século XV? Ou a globalização começou há um milhão de anos, quando os primeiros humanos saíram do continente africano?

Kuhn (2016) nota como as ciências sociais e os nela iniciados imaginam que o estado produz os cidadãos, livres e iguais: indivíduos-trabalhadores com direitos políticos modernos. Fosse essa noção complementada pelo reconhecimento do trabalho de criação de pessoas por via sexual, geralmente dentro de famílias, e, a partir dessa matéria-prima, o reconhecimento da conformação social de indivíduos levada a cabo pela miríade de instituições modernas, como a escola, o mercado de emprego, os serviços de saúde, etc., logo ficaria evidente a necessidade cognitiva de reunir esforços entre a biologia e as ciências sociais, em vez de estarem de costas voltadas.

A globalização que começou à 1 milhão de anos (ou há quinhentos e tal anos, com os Descobrimentos) está longe de estar esgotada. O que parece esgotada é a globalização norte-americana, interrompida com a alegada violação da constituição pelo nacionalismo do sr. Trump e de muitos outros. Esgotada também está, infelizmente, a imaginação social capaz de inventar formas de solidariedade ajustadas às novas circunstâncias e necessidades, ecológicas e biológicas.

A ciência é a organização da resiliência capaz de manter uma discussão em curso e, eventualmente, em marcha. Se não se sabe o que seja a sociedade, como também

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

acontece com o átomo ou a evolução, isso justifica a existência de ciências sociais. Que censura explica a suspensão *sine die* da discussão do que seja a sociedade?

BREVÍSSIMA HISTÓRIA DA PALAVRA SOCIEDADE

A sociedade da sociologia é filha das revoluções, industrial, francesa, científica, tecnológica. É usada pelas ideologias da época, liberal, anarquista, corporativa e comunista. É pensada como sendo um agrupamento de indivíduos. Algo mais do que a soma simples dos indivíduos. Algo com propriedades imateriais especiais, como a racionalidade, o trabalho, a solidariedade, a administração, o mercado; um agrupamento de (quase) todos os indivíduos dentro de fronteiras nacionais em luta contra outras sociedades, empresariais ou nacionais, por direitos materiais de propriedade.

Os regimes totalitários temeram os estudos da sociologia: esta revelaria, pensavam, a força da sociedade civil, sob a forma de movimento operário, de corporações, de interesses económicos, e denunciariam as perversidades das administrações e dos sistemas políticos. Sociologia que se imiscuiria nos efeitos da propaganda política e com ela se poderia confundir.

Os apelos à revolução social, que ainda hoje ecoam e merecem o respeito dos estados – inseguros entre as estratégias de

repressão e a manifestação de compreensão, na esperança que a tensão passe e as pessoas desorganizadas se cansem –, referem-se a experiências históricas, ao mesmo tempo gloriosas e traumáticas, recorrentes, que constituíram a questão social (CASTEL, 1998) e formataram o carácter nacional que dá consistência simbólica e moral às sociedades modernas (ELIAS, 1990). No caso português, a instauração da República, em 1910, o 28 de Maio de 1926, que rompe com a desordem da primeira república, e o 25 de Abril, que rompe com a ditadura, simbolizam sucessivas vontades do povo, de ser republicano, de ser ordeiro, de ser democrático, em resultado de revoluções/golpes de estado.

As democracias aprenderam a tratar da instabilidade social através de mecanismos políticos, em particular da rotação das representações das classes dominantes no poder, à esquerda e à direita. Os empresários são quem mais beneficia do estado, alegadamente por serem empregadores e manterem a sociedade economicamente activa, isto é, capaz de pagar impostos. Os outros grupos, ora vivem do trabalho para terceiros, no estado ou no privado, ora sobrevivem ao desemprego, à doença e à velhice, dos próprios ou de familiares, transformando-se em populações assistidas nos estados mais ricos. Designa-se estado social à

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

evolução do estado moderno que atende expressamente, através de políticas públicas, com a sua administração e os seus profissionais, os problemas sociais criados pela contradição das promessas de integração social e a exclusão social real. Aos trabalhadores sociais cabe, independentemente das relações que o estado estabelece com a actividade económica, com a parte competitiva da sociedade, tratar de evitar a contaminação da economia pelos problemas sociais (GOFFMAN, 2004).

O estado social resulta da integração funcional das capacidades desenvolvidas anteriormente por actividades religiosas, confessionais, filantrópicas, de assistência social, por movimentos cooperativos e mutualistas para atender a riscos de doença, desemprego, de falta de habitação ou bens essenciais, resultantes de solidariedade e apoio às lutas dos trabalhadores. Os representantes destes últimos passaram a ter lugar de destaque na administração do estado, através de partidos, de sindicatos e do terceiro sector, sector social da economia.

Os estados modernos devem o seu prestígio também à sua competência de manutenção da saúde pública. A prestação de cuidados – alimentação, abrigo, saúde – , quando realizada, é muito bem recebida pelas pessoas. Mesmo quando tal prestação fica dependente do crescimento

económico, isto é, dos interesses dominantes. O problema é quando as populações isoladas do poder político, pela lógica de pensar e organizar cartesiana acima mencionada, perdem a confiança de que os cuidados prestados continuarão a sê-lo.

A maneira de manter a situação favorável – de jogo em que todos ganham, os ricos e os pobres, a acumulação de riqueza e a esperança de vida – passou por ser a de isolamento, a imaginação de fronteiras que, assim, se tornam reais (ANDERSON, 1998).

O social separa, de forma elaboradamente ambígua, as sociedades selectas e as sociedades a que todos pertencem. As sociedades empresariais ou partidárias fechadas e de responsabilidade limitada resultam da evolução da sociedade de aristocratas em sequestro, criada em Versailles, por Luís XIV. A civilização (ELIAS, 1990) é o processo de imitação, pelo vulgo, das práticas culturalmente distintivas aí criadas. A partir da Revolução Francesa, todos passámos a designar-nos por senhores e senhoras, comemos à mesa com talheres, mas somos reduzidos a indivíduos-trabalhadores. A turba humana aspirou e tornou-se, também ela, sociedade.

Não se tornou sociedade universal, a que se aspira quando se fala em humanidade ou globalização, mas sociedade nacional: uma

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

aspiração de sociedade universal dentro de fronteiras, capaz de mobilizar os entusiasmos gerais contra os inimigos externos e internos – os estrangeiros e os traidores. Também não se tornou uma sociedade de iguais, já que os ricos e os pobres, os trabalhadores e os patrões, os honrados e os humilhados, todos vivem separadamente dentro de fronteiras sob os mesmos estados. Para o estado, que quer fingir que trata todos por igual, estatisticamente somos todos reduzidos a indivíduos. Havendo, porém, diferenças substanciais de tratamento entre os lobistas e os manifestantes de rua, entre os empresários e os trabalhadores, entre os que precisam de ajuda social e os que estão confortáveis na vida moderna.

A ambiguidade actual da expressão sociedade decorre desta invasão do espaço da sociedade selecta pelas hordas de populares, desejosos de se parecerem com as elites e de beneficiarem também dos favores dos estados. Social é, portanto, também a designação dos que não estão em condições de imitar os que estão confortáveis na vida. Esses são alvo de políticas sociais.

A separação-quarentena-sequestro cartesiano dos diferentes grupos de pessoas, classificados pelos estados, resulta na reprodução de elites, trabalhadores e também pobres (Jakobs & Meliá, 2003). As armadilhas da pobreza são criadas pela

legislação do estado social para assegurar que há uma reprodução controlada dos grupos sociais habituados a pedir ao estado que lhes forneça os meios de subsistência: chama-se controlo social. Manutenção de fronteiras externas e internas são funções nobres dos estados modernos. A exclusividade da atenção dos estados aos problemas das elites é evidente na formulação das políticas estatísticas em uso. Concentradas na produção do PIB (produto interno bruto), alheiam-se de saber como vivem as famílias e se a natureza pode continuar a ser explorada da mesma maneira (STIGLITZ, SEN, & FITOUSSI, 2009).

Também as ciências sociais se deixam seduzir pelo brilho do poder, e esquecem-se de estudar como as pessoas vivem, no sentido mais físico – como nascem, se alimentam, se cuidam entre si, como se educam mutuamente, como se relacionam com o meio ambiente –, como se animam pessoalmente, intimamente, para viver os trabalhos de construção de identidades individuais e sociais (LAHIRE, 2012: 125; THERBORN, 2006: 3).

Sociedade é uma esperança de distinção para as elites, uma esperança de segurança para os trabalhadores e uma esperança de reconhecimento da existência para os excluídos. A precariedade deste conceito historicamente herdado, “sociedade”, torna a expressão muito emocional. Suscita

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

ambição e caridade, ao mesmo tempo. Será possível separar a expressão das suas conotações emocionais e ver melhor?

AS FRONTEIRAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Um corpo legislativo que, formalmente, não distingue entre diferentes grupos sociais é apresentado, pela doutrina moderna do direito, como a concretização do princípio da igualdade. As ciências sociais, em sentido inverso, registam as desigualdades de vária ordem, mas sobretudo económicas, que, na prática, condicionam a vida social e pessoal. Ambos os discursos e representações coexistem nas sociedades modernas, desligados entre si, como saberes estanques e contraditórios.

Um discurso serve para organizar a litigância, reduzida a problemas pessoais, seja conflitos económicos ou sociais. O outro discurso tenta evitar as lutas sociais; serve, alegadamente, para integrar as pessoas em dificuldades, para autonomizar as disputas de poder da vida quotidiana e as informações (como as estatísticas) das reais condições de vida das populações. Funcionam como discursos e práticas paralelas, que nunca se encontram, de tão contraditórios são entre si. Ambos contraditórios também com a vida prática das populações alvo das elaboradas reflexões jurídico-sociais.

A hierarquização social e a sua institucionalização a diferentes níveis, separando administração de público, profissionais de leigos, juristas de sociólogos, etc., permite que cada instituição e a cada nível social circulem discursos diversos e incompatíveis, mas localmente funcionais.

O direito refere-se àquilo que deveria ser e intervém como orientação para a sociedade, utilizando a força do estado, como as sentenças, as polícias, as prisões. Reduz conflitos sociais a casos de litígio interpessoal, por exemplo, entre um trabalhador e o seu empregador ou entre comprador e vendedor. É uma forma de manter o *status quo*, tratando caso a caso mesmo os problemas que são generalizados. Nos tribunais, a sociedade é apenas a convicção imaginativa dos intervenientes, advogados, procuradores, juízes, testemunhas, sobre qual seria o juízo que ela faria sobre o caso ou os sentimentos que provocam as notícias dos crimes.

Em ciências sociais, a sociedade é um grupo, uma comunidade, um povo, uma nação. Quando tratam de casos, nunca é no sentido jurídico. Não se trata de julgar as situações, mas antes de as registar – como fez Durkheim (1973) com os suicídios, tratando casos pessoais como sintomas sociais de anomia – na perspectiva de domesticação da parte da natureza humana

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

que ainda não transitou da tradição para a modernidade.

A nação é frequentemente idealizada como homogênea, nacional e patriota. As ciências sociais revelam que tal homogeneidade é falsa: há muitas desigualdades nas sociedades. Confrontadas com a ideologia dominante, as teorias sociais têm de escolher como apresentar as exclusões. Geralmente, acompanham o trabalho administrativo e político sistemático de classificação de indivíduos que remete e mantém as pessoas nas suas caixas sociais, separadas por instituições (sector económico) e níveis hierárquicos (grupo socio-económico). Os mercados negros e as pessoas excluídas, como as que desistiram de procurar emprego, são geralmente ignoradas. Eventualmente tratadas por especialistas em subdisciplinas separadas das restantes.

Integrar a economia e o mundo do trabalho são desafios de que se descontam as discriminações, segregações, opressões, repressões, como se a ordem racional, disciplinada, organizada fosse inclusiva. Ou, na sua versão crítica, as ciências sociais apresentam o estado como protector das vítimas. A culpa do desemprego seria o defeituoso funcionamento da economia – imaginada separada do estado – a que este deveria reagir socialmente.

Estas limitações do pensamento social são notórias na divisão das notícias, criadas por jornalistas inspirados e educados pelas ciências sociais. Na secção de política só cabem os discursos das elites; na secção social cabem histórias de faca e alguidar – imprensa popular – separadas das histórias das famílias importantes – imprensa cor de rosa – e das crónicas criminais – através das quais, autorizadamente, se promove o medo quotidiano paralisante (DORES, 2013). A violência, para os nacionais, os media e para grande parte das ciências sociais, vem de baixo para cima e do exterior, do estrangeiro. A defesa e a segurança é que vêm de cima para baixo e de dentro das instituições para fora. A guerra não é assunto das ciências sociais, a não ser de forma metafórica (LACOSTE, 1989).

Que indivíduo se atreve a negar a superioridade dos poderes de estado? Que profissional das ciências sociais se atreve a contestar a guerra organizada pelo estado que o financia? Se algum o quiser fazer, fá-lo-á como activista. O direito e as ciências sociais, ou melhor, as respectivas instituições, tribunais, universidades, empresas, aliam-se apenas no momento em que reconhecem e reforçam a ideia de que na ordem há um estado, há uns que mandam e outros que se subordinam. O que não quer dizer que dentro das instituições reine a ordem ou que os

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

resultados práticos dos seus trabalhos não sejam causas potenciais de conflitos.

A sociedade ideal, a exposta normativamente pelo direito, a sociedade vista e promovida do alto das organizações, corresponde à realidade tanto quanto o ideal tipo, tão profusamente usado nas ciências sociais (Bhambra 2014:146-150). Essa sociedade normal, em equilíbrio, eterna como o triângulo (“sempre há-de haver ricos e pobres” – costuma dizer-se: “sempre há-de haver desigualdades” fazem eco as ciências sociais), apesar de ser imaginária, é tomada como modelo.

Os juristas foram avisados por John Rawls (1993) para não ignorarem as desigualdades sociais, quando julgavam os casos em que trabalham. Imaginou ser possível os tribunais servirem as nações de forma equilibrada (*fair*), em nome da sociedade idealizada, e compensar assim o alheamento entre a lei (*dura lex sed lex*) e as práticas nem sempre muito justas dos estados, das empresas e das sociedades. Este aviso, apesar de ser muito citado e famoso, não produziu efeitos práticos. Foi criticado por ser utópico; não teve consequências práticas. Um dos seus discípulos, o mais famoso de entre eles, Amartya Sen (2009), ganhou o Nobel da economia, sugerindo uma abordagem mais holista e integrada à promoção da justiça nas sociedades humanas. Foi de facto um

feito notável conseguir misturar a economia e a justiça. Excepção que confirma a regra.

No mundo real, a crise de 1973, dita do petróleo, desenvolveu novos modos de uso do direito para desimpedir os entraves à construção de um sistema financeiro global, com os seus paraísos fiscais, lavagem de dinheiros, instâncias privilegiadas de litigação fora dos sistemas de justiça públicos, incluindo a subordinação dos estados a tribunais hostis às próprias funções dos estados, em nome da protecção da livre circulação de capitais e mercadorias. A impunidade dos crimes de colarinho branco, como a corrupção ou o racismo institucional, fez o seu caminho. Em 2015, a ONU acusou a UE de violar os direitos humanos dos refugiados. Vive-se um sentimento de *déjà vu*: a subida de partidos neo-nazi-fascistas lembram o clima que se viveu as vésperas da II Grande Guerra. Michael Burawoy (2004) chamou a atenção de como a sociologia poderia assumir outras responsabilidades, poderia vir a público e alertar as pessoas dos riscos envolvidos, em nome da sociedade prejudicada pela aliança entre os estados e os mercados (economia) – tal como fora denunciado por Polanyi (1980), entre guerras.

Se se interpretar a reacção eleitoral em curso, favorável aos neo-nazi-fascistas, como a principal resposta das sociedades à

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

situação de desequilíbrio criada pelas políticas de globalização em recuo, parece que a própria sociedade clama por mais violência – contra os imigrantes e os muçulmanos, para já. A imaginada solução dos problemas sociais por iniciativa da sociedade, por oposição ao papel conflitual dos estados e da economia, pode não estar a ser aquela que Polanyi e Burawoy previram. A noção implícita nas ciências sociais de a violência ser coisa estranha às sociedades humanas, que ela vem de fora, pode estar a impedir melhores análises sociais da situação actual.

Observada de outros campos disciplinares, como o direito ou as tecnologias, a sociedade parece sobretudo indisciplinada, o inverso de equilibrada. Para estas disciplinas, distantes e estanques às ciências sociais, a eventual ausência ou real anulação da sociedade, promovida por Margaret Thatcher e pelo neo-liberalismo, seria a possibilidade de realização prática dos respectivos tipos-ideais legais e protótipos maquinais. Não haver resistências sociais, a imposição autoritária dos ideais de cada jurista e tecnólogo, de cada tribunal e de cada inovação, aos olhos dos indivíduos alienados das suas próprias pessoas, é a própria representação do paraíso tecnocrático. Disso nos dá conta a corrente de entusiasmo mórbido trans-humanista (HARARI, 2018), que prevê precisamente o fim da sociedade, quando

os indivíduos passarem a ser substituídos ou produzidos por cyborgs.

A capacidade moderna de abstrair da existência da sociedade é grande. Referimo-nos a ela como sistema ou como povo, alternativamente, consoante as conveniências. A intensificação dessa abstracção é promovida pelas ciências sociais, divididas voluntariamente entre macro e micro análises, análises académicas e críticas, todas disciplinadas e incompatibilizadas entre si. Isso corresponde ao desejo da parte que prefere situar-se ora no sistema ou no povo e ignorar a existência dos outros, a começar pela natureza onde se deveria incluir (em vez de separar) as sociedades humanas.

As ciências sociais, em vez de destruírem os seus próprios ideais tipo de sociedade, de destruírem as suas hipóteses de trabalho em função dos testes empíricos, como é típico das ciências, tornaram-se prescritoras de comportamentos ideais geralmente correspondentes às leis e às tecnologias (o sistema), isto é, aos interesses dos estados e das empresas prescritos pelos profissionais mais qualificados ao seu serviço.

O ideário cartesiano moderno, hiper-disciplinar, concebe a sociedade e as pessoas como o cosmos newtoniano: como máquinas de relojoaria em equilíbrio, cuja regularidade e previsibilidade são características divinas e a perturbação, a

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

violência, a instabilidade, são o inferno. Símbolo institucional desse inferno, para a sociedade, são as prisões, cujo sentido civilizacional foi discutido por Foucault (1975, 1999b, 1999a): a mais extrema violência do estado e dos profissionais aplicada a pessoas isoladas, fragilizadas, com o fito de as transformar em indivíduos, como metáfora e exemplo do que é e deve ser o trabalho, na modernização: um sacrifício, eventualmente uma tortura.

As ciências sociais vivem atrás dos muros cognitivos construídos entre as ciências naturais e sociais, reproduzidos no seu seio em subdisciplinas. Vive-se a desistência da esperança de um dia a filosofia social se tornar suficientemente credível para ser considerada como as ciências duras.

A subalternidade científica das ciências sociais, em relação às ciências naturais, tem sido desenvolvida de um modo particular: concentra a atenção praticamente exclusiva nas relações de poder (LAHIRE, 2012: 125; THERBORN, 2006: 3) alheadas da violência (MALEŠEVIĆ, 2010: 17; WIEVIORKA, 2005: 68). A divisão de trabalho entre o social (assistência) e as funções primárias do estado (jurídico-económicas), realizada pelo monopólio do uso legítimo da violência usado para repressão das iniciativas que possam por em causa a unidade nacional, representado pelas

forças armadas e pelas polícias, fazem do social (e do estado) entidades pacíficas, beatíficas, divinais, normais. Excepcionalmente atacadas (de fora) de maneira perturbadora dos delicados e imaginários equilíbrios de relojoaria, cabe à sociedade submeter-se atrás dos muros protectores dos estados. Os mesmos muros que desarmam as sociedades perante os negócios entre os estados (impostos) e a economia (lucros). Os mesmos muros que separam a natureza e os recursos humanos (indivíduos) das sociedades e das pessoas.

As operações de redução e reificação dos estados, das economias, das sociedades, das pessoas, operadas pelas teorias sociais (MOUZELIS, 1995) representam a sociedade como argila a ser moldada pelos sistemas, pelos poderes do dia. Representam as pessoas como mestres oleiros dos indivíduos que fazem de si próprios. Perdem de vista os trabalhos de produção antroponómica (BERTAUX, 1977). A produção biológica de pessoas e de gerações suscitam nas ciências sociais uma repugnância frequentemente representada na palavra biologismo (SACARRÃO, 1982). Estranhamente, a desqualificação das ciências sociais perante as ciências naturais produz, nas primeiras, uma aspiração de distância e incomunicabilidade. Isso é contraditório com a tradição desenvolvida pelos clássicos (como o organicismo de Le Play ou Durkheim, o mimetismo de Tarde, o

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

evolucionismo de Marx, etc.) e contraproducente para o prestígio profissional que advirá da colaboração com as ciências duras.

OPORTUNIDADES TEÓRICAS

Quem pergunta se existe sociedade, fá-lo a partir de três perspectivas diferentes, representadas nas ciências sociais: a da Senhora Thatcher, que quer romper com o colete de forças estatal-social que se impõe à economia. Quase todos os economistas são educados e aderem a esta crença. A de Burawoy, a da sociologia pública ou crítica, desafia os profissionais do social a conduzir a sociedade para se libertar do estado-economia que domina a vida quotidiana. Entre os primeiros estão os trans-humanistas, que perspectivam e desejam o fim da humanidade substituída por cyborgs. Entre os segundos estão os revolucionários, que aspiram à transformação social e ao surgimento do homem novo. Há ainda um terceiro modo de imaginar a sociedade: como combate contra a aliança entre o estado-sociedade-economia modernos que desumaniza as pessoas e destrói a natureza. Combate protagonizado por quem tem sobrevivido ao regime capitalista adaptando-se às reacções ambientais de adaptação do clima adulterado pela poluição humana. Entre esses contam-se os movimentos em rede e sem chefes zapatista, Primavera Árabe,

Indignados, *Occupy*, coletes amarelos (CASTELLS, 2012; HOLLOWAY, 2003).

A teoria que serve para conduzir o estado, por via neoliberal ou social democrata, está vinculada a) ao próprio estado, obcecada com o poder, b) às suas ideologias, de direita ou de esquerda, que resultam da polarização moderna do sistema político em partidos de poder alternativos. Ora, é exactamente essa polarização redutora e excludente que hoje em dia está a ser posta em causa pelos movimentos sociais inorgânicos. A hiperestimulação dos identitarismos, através das políticas multiculturais ou de assimilação nacionalista, que completa a hiperdisciplinarização das ciências sociais com teorias de género, de raça, de classe, e a extensão dos apoios sociais do estado aos cuidadores e às pessoas com condições limitadas de autonomia pessoal, revelam os limites das teorias sociais actuais. Focadas no poder, alheiam-se de pensar as necessidades básicas, biológicas, de cuidados e de construção de identidades, pessoa a pessoa, cada uma na sua rede social. Infelizmente, porém, em vez de combater a hiperdisciplinaridade, uma das fontes da reprodução das discriminações e da reprodução das hierarquizações sociais, muitos trabalhadores e teóricos sociais investem na criação dos seus próprios nichos de poder académico e intelectual, estanques e discriminatórios, em luta pela subida nas escalas de prestígio a que

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

tenham acesso. Reproduzem os vícios e as limitações das teorias dominantes nos seus campos especializados de acção, reclamando direitos especiais em vez de desenvolverem a ciência das sociedades, a partir da certeza biológica de que, actualmente, não há raças humanas, mas apenas uma única espécie humana sobrevivente. Espécie eventualmente em risco de extinção, juntamente com milhares de outras, por via do domínio das máquinas ou por incapacidade de adaptação ao novo clima que se está a formar na Terra.

A ciência do social, a desenvolver, deve afastar-se da polarização ideológica e da obsessão do poder. Deve construir pontes com a biologia e as outras ciências naturais, o que apenas será possível se estabelecer redes de investigação entre disciplinas das ciências sociais, reduzindo a miríade de subdisciplinas hiperespecializadas e estanques. A redução drástica das tensões competitivas e hierárquicas é condição estrutural para a criação das condições necessárias para a mudança de política científica.

Quando se pensa que não há sociedade, está a aceitar-se o anti-romantismo liberal de Weber ou corporativo de Durkheim: o que existe são pessoas e as suas ilusões, as suas representações da acção behaviorista e as suas construções ideológicas: os tipos ideais e as consciências colectivas. A

sociedade, deste ponto de vista, seria uma representação mental, virtual, imaterial, das relações e das redes de relações que as pessoas estabelecem entre si. Como se as pessoas pudessem ser criadas e existir fora da sociedade. Como se as pessoas fossem meros indivíduos empenhados em ser recursos humanos ao serviço da sociedade-estado-economia. Como se as pessoas fossem criadas – no duplo sentido de produzidas como pessoas e serventes – pelo estado-economia-sociedade modernos. Como se antes da modernização não existissem sociedades. Como se as sociedades não modernas fossem meras comunidades.

As ciências sociais continuam a fazer apologia da modernidade, da sociedade juridicamente idealizada, sem discussão, constituída por pessoas iguais e livres, em abstracto. Porém, há muito trabalho feito, a começar nos clássicos, na direcção de denuncia das contradições da modernidade, em função dos abusos praticados contra a natureza humana, de que aqui não se falará.

Não é por defeitos cognitivos existentes em abstracto nas mentes humanas que as ciências sociais deixaram de aspirar a ser ciências. O que aconteceu é que ao integrarem-se nas políticas científicas da época que ofereceu às ciências sociais a oportunidade de profissionalização e expansão, com o surgimento do *New Deal*

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

e do estado social, estas orientaram-se pelo pluralismo pragmático (MERTON, 1948). Fizeram-no de modo consistente com o proposto, com sucesso, pela física quântica, na mesma época. Ciências sociais e física, provavelmente todas as ciências, censuraram as abordagens holistas, incluindo as de Einstein (JIM SCHOFIELD, 2018). Os substratos universais ou panos de fundo, como as ondas gravitacionais na física ou a sociedade nas ciências sociais, ficaram do lado censurado dos muros assim criados.

A mobilização pelo estado norte-americano da ciência para servir a sua economia e a sua expansão, depois da Grande Depressão, foi especialmente bem-sucedida durante a II Grande Guerra, nomeadamente no recrutamento de cientistas alemães. Os EUA construíram um sistema eficiente de transmissão imediata das descobertas científicas – geralmente financiadas pelos orçamentos militares – para fins civis, como a química, os aviões, os computadores e a internet. Nesse processo de mobilização utilitária da ciência para fins tecnológicos, os modelos e as experiências tornaram-se de tal modo dominantes que as reflexões teóricas perderam a sua centralidade, na física como nas outras ciências, incluindo as ciências sociais. Como nas corridas ao ouro, o bom-senso não é o resultado final.

A globalização em sentido estrito, a que começou com o fim da Guerra Fria, mostra como o império norte-americano, para expandir o capitalismo, se tornou refém da sua própria política, estando agora a invertê-la.

O trabalho de promoção das políticas imperialistas, na sua versão norte-americana, revela-se um desastre. As hienas políticas já cheiram o cadáver. As pessoas tentam reagir em movimentos em rede e sem chefes, mas para sobreviver precisam de se manter sob a forma de indivíduos, subordinados a regimes institucionais autoritários e hierárquicos. O mesmo acontece com os cientistas e os cientistas sociais.

A sociedade de que precisamos é aquilo que não se conforma e se distancia do normal, do normalizado, do imposto pela força. Precisamos de uma sociedade livre dos constrangimentos dos estados comprometidos com o crescimento económico que não se detém perante os riscos suicidários. Como disse o primeiro ministro acima citado, as populações avulsas devem (re)aprender a organizar-se, porque os estados não têm condições de investir para as proteger. O mesmo deve acontecer no campo das ciências e das ciências sociais.

CONCLUSÃO

O problema das ciências sociais não está no uso da imaginação ou de modelos

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

arbitrários para conduzir actividades científicas: isso é feito com sucesso pelas ciências. O problema é *tratar como inviolável o modelo* e, para tal, ignorar as evidências empíricas que podem informar o progresso e a acumulação dos conhecimentos. O problema é tratar a modernidade como uma noção *partout* e ignorar as evidências que a contradigam. Nas ciências sociais, a violação das leis do mercado é sentida pelos economistas e outros trabalhadores e intelectuais do social como uma violação da sua própria *identidade pessoal*, profissional, dependente da sua posição nas guerras intestinas próprias das ciências sociais (e das ciências em geral). Sem mercados, quem seriam os economistas? Sem estado, quem seriam os politólogos? Sem excluídos, quem seriam os antropólogos? Sem desigualdade social, quem seriam os sociólogos? Sem pobres, quem seriam os trabalhadores sociais?

Em concreto, a globalização é uma das expressões misteriosas e dogmáticas substitutivas do debate científico que poderia haver nas ciências sociais, como um todo, sobre o que seja sociedade humana. Em vez da discussão aberta, uns apostam na performatividade da sociedade da informação, outros na da sociedade do conhecimento, outros na da sociedade financiarizada, e, alguns, na da globalização, a aldeia global, a redução do papel dos estados. O sucesso de todas estas expressões decorre da conotação que vem

com elas de serem os estados-empresas, de serem as elites, as entidades que cuidam e preparam o futuro das pessoas, da humanidade, reduzidas a indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, J. C. (1996). The Centrality of the Classics. In S. Turner (Ed.), *Social Theory and Sociology – The Classics and Beyond* (pp. 20–38). Oxford: Blackwell.

ALEXANDER, J. C. (2011). *Performance and Power*. NY: Polity.

AMARAL, J. F. do, BRANCO, M., MENDONÇA, S., PIMENTA, C., & REIS, J. (2008, December 3). Ciência económica vai nua. *Público*. Disponível em: <http://www.publico.pt/opiniao/jornal/a-ciencia-economica-vai-nua-286514>, consultado em 13/02/2020.

ANDERSON, B. (1998). *Imagined Communities* (8th ed.). London and NY: Verso.

ARCHER, M. S. (2007). *Making our Way through the World*. Cambridge: Cambridge University Press.

BERTAUX, D. (1977). *Destins personnels et structure de classe: pour une critique de l'anthropologie politique*. Paris: PUF.

BHAMBRA, G. K. (2014). *Connected Sociologies*.

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

- London/NewDelhi/NY/Sydney: Bloomsbury. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/6782>; <http://ras.revues.org/320>, consultado em 17/03/2020.
- BOURDIEU, P., & PASSERON, J.-C. (1970). *La Reproduction: éléments d'une théorie du système d'enseignement*. Paris: éditions de Minuit.
- BURAWOY, M. (2004). For a Sociological Marxism: The Complementary Convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics & Society*, (31), 193–261. Disponível em: <http://pas.sagepub.com/content/31/2/193.full.pdf>, consultado em 11/03/2020.
- CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social - uma crónica do salário*. Petrópoles: Vozes.
- CASTELLS, M. (2012). *Redes de Indignación y Esperanza*. Madrid: Alianza.
- CLARK, G. (2014). *The Son Also Rises*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- COSER, L. A. (1956). *The Functions of Social Conflict*. NY: Free Press.
- DAMÁSIO, A. (1994). *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano*. Lisboa: Europa-América.
- DORES, A. P. (2013). A análise jornalística torna irreconhecível a densidade da vida. *Revista Angolana de Sociologia*, (11), 35–50.
- DURKHEIM, É. (1973). *O suicídio: estudo de sociologia*. Lisboa: Editorial Presença.
- ECO, & LUSA. (2017, October 16). Secretário de Estado: “Não podemos ficar à espera que apareçam os bombeiros.” *Eco - Economia Online*. Disponível em: <https://eco.pt/2017/10/16/secretario-de-estado-nao-podemos-ficar-a-espera-que-aparecam-os-bombeiros/>, consultado em 07/04/2020.
- ELIAS, N. (1990). *O Processo Civilizacional (Vol I e II)* (1ª edição). Lisboa: D. Quixote.
- FOUCAULT, M. (1975). *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1999a). *Les anormaux*. Paris: Gallimard, Le Seuil.
- FOUCAULT, M. (1999b). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- GOFFMAN, E. (2004). *Estigma - Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (1ª ed.1963). Colectivo Sabotagem.
- GUILLOY, C. (2019). *No society - El Fin de la classe media occidental*.
- HABERMAS, J. (1987). Tendencies toward Juridification. In *The theory of*

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

- Communicative Action* ([1981], pp. 356–373). Cambridge: Polity Press.
- HARARI, Y. N. (2018). *Homo Deus; História Breve do Amanhã*. Lisboa: 20/20 Editora, Elsinore.
- HOLLOWAY, J. (2003). *Change the World Without Taking Power - The Meaning of Revolution Today*. Disponível em: <http://www.endpage.org>, consultado em 03/03/2020.
- JAKOBS, G., & MELIÁ, M. C. (2003). *Derecho Penal del Enemigo*. Madrid: Cuadernos Civitas.
- JIM SCHOFIELD (2018). *The Real Philosophy of Science*. Smashwords.
- KUHN, M. (2016). *How the Social Sciences Think about the World's Social - Outline of a Critique*. Disponível em: <https://www.kobo.com/us/pt/ebook/how-the-social-sciences-think-about-the-world-s-social-1>, consultado em 28/02/2020.
- LACOSTE, Y. (1989). *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. S. Paulo: Papirus.
- LAHIRE, B. (2012). *Monde pluriel. Penser l'unité des sciences sociales*. Paris: Seuil.
- LYOTARD, J.-F. (1985). *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva.
- MALEŠEVIĆ, S. (2010). *The Sociology of War and Violence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MERTON, R. K. (1948). Discussion. *American Sociological Review*, XIII, 164–168.
- MOUZELIS, N. (1995). *Sociological Theory: What Went Wrong? – diagnosis and remedies*. London: Routledge.
- OBORNE, P. (2008). *The Triumph of the Political Class*. London: Pocket Books.
- ORWELL, G. (1949). *1984* (first edit). London: Secker & Warburg.
- PALIDDA, S., & Garcia, J. Á. B. (Eds.). (2010). *Criminalización racista de los migrantes en Europa*. Granada: Comares Editorial.
- PARSONS, T. (1948). The Position of Sociological Theory. *American Sociological Review*, XIII, 158–164.
- Polanyi, K. (1980). *A Grande Transformação - as origens da nossa época* (1ª ed. 194). Rio de Janeiro: Editora Campus.
- RAWLS, J. (1993). *Uma Teoria de Justiça*. Lisboa: Editorial Presença.
- REICH, R. B. (1991). *O Trabalho das Nações*. Lisboa: Quetzal.
- SACARRÃO, G. F. (1982). *A Biologia do Egoísmo*. Lisboa: Europa-América.
- SEN, A. (2009). *A ideia de justiça*. Coimbra: Almedina.
- STIGLITZ, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J.-P.

Limites e possibilidades das Ciências Sociais

- (2009). *Measurement of Economic Performance and Social Progress*. Paris.
- THERBORN, G. (2006). Meaning, Mechanisms, Patterns and Forces: an Introduction. In G. Therborn (Ed.), *Inequalities of the World – New Theoretical Frameworks, Multiple empirical approaches* (pp. 1–58). London: Verso.
- WIEVIORKA, M. (2005). *La Violence*. Paris: Hachette Littératures.

Diálogos
POSSÍVEIS

REVISTA DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Editor: Professor Doutor José Euclimar Xavier Menezes

Centro Universitário Social da Bahia (UNISBA)

Avenida Oceânica 2717, CEP – 40170-010
Ondina, Salvador – Bahia.

E-mail: dialogos@unisba.edu.br

Telefone: 71- 4009-2840